

Assistido por Arruda, ACM e pelo relator da CPI, João Alberto, o ex-diretor do BC Cláudio Mauch (foto abaixo) afirmou que a instituição vendeu dólares mais barato a alguns bancos "para evitar risco"



Decisão do Supremo irá facilitar trabalho da CPI

Para senadores, despacho evitará que exemplo de Francisco Lopes seja seguido. Antonio Carlos diz que será preso quem não quiser depor na comissão

Os membros da CPI dos Bancos e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, saudaram como gesto de fortalecimento da comissão o despacho do ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal. Ao conceder *habeas corpus* ao ex-presidente do BC Francisco Lopes, ele esclareceu que Lopes pode se recusar a responder aquilo que possa incriminá-lo, mas não deixar

de atender uma convocação para depor, como fez na segunda-feira. Para os senadores José Roberto Arruda e Eduardo Suplicy, facilitará o trabalho da CPI. ACM avisa que a prisão será, de novo, a resposta do Senado para quem se negar a falar à comissão. Estão marcados para as 16h30 de hoje os depoimentos do economista Rubem Novaes e de Luís Augusto Bragança, ex-sócio de Lopes.

PÁGINAS 3 A 5



CPI DO JUDICIÁRIO

Juiz relata problemas que enfrentou ao tentar moralizar TRT da Paraíba

Adiada para a próxima quarta votação do fim dos juizes classistas

PÁGINA 2

CAE aprova novos limites para despesas com o funcionalismo

PÁGINA 9

Demissão de parentes de juizes e de funcionários requisitados, corte de despesas e a apuração de irregularidades relacionadas com a compra de imóveis e de passagens aéreas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba foram algumas das providências tomadas pelo juiz Vicente Vanderlei quando presidiu o órgão, entre dezembro de 1996 e junho de 1997.

Em depoimento dado ontem à CPI do Judiciário, ele conta que, ao adotar tais medidas, esbarrou na resistência tanto dos demais magistrados do TRT-PB quanto do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A reação contrária culminou com o seu afastamento, que ele atribui a uma "decisão pessoal" do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto.

PÁGINAS 7 E 8



Vicente Vanderlei contou que, ao presidir o TRT-PB, acabou com o fundo que provia o gabinete dos juizes com materiais que iam de gel para plantas a absorventes femininos

Fim dos juizes classistas vai a votação na quarta

Senadores apreciam na próxima semana, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que tem substitutivo de Jefferson Péres



Audiência foi solicitada pela senadora Heloisa Helena

CAS discute propaganda de álcool e fumo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), realiza hoje, às 9h, uma audiência pública com o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e com o subprocurador-geral da República e procurador federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves. Eles vão debater com os senadores os problemas causados pelo consumo de bebidas alcoólicas e fumo, e as influências da propaganda sobre os hábitos da população.

A audiência pública foi requerida, e aprovada pela CAS, por iniciativa da senadora Heloisa Helena (PT-AL), com o objetivo de instruir três projetos que estão tramitando em conjunto sobre propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas. Como relatora da matéria, Heloisa apresentou substitutivo a um desses projetos, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), posicionando-se pela prejudicialidade das outras duas propostas – das senadoras Emilia Fernandes (PDT-RS) e Marina Silva (PT-AC).

O projeto estabelece que cada real gasto em publicidade de fumo ou bebida alcoólica corresponderá ao mesmo valor aplicado em campanhas que condenem o vício ou demonstrem as conseqüências do uso desses produtos para a saúde dos consumidores. Já a proposta de Emilia obriga toda propaganda de cerveja ou vinho a conter advertência sobre os males que o álcool provoca à saúde. Marina, em seu projeto, propõe a proibição da propaganda de cigarros em rádio, TV, cinema, jornais, revistas, impressos, outdoors e cartazes.

O Senado transferiu para a próxima quarta-feira, 5 de maio, a votação em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que acaba com a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. Se aprovada, a matéria ainda passará por uma segunda votação, antes de ser encaminhada à apreciação dos deputados.

A emenda, de autoria do ex-senador Gilberto Miranda, recebeu um substitutivo do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM). De acordo com a proposta, fica extinta a representação classista nos tribunais do Trabalho, superiores e regionais, e nas juntas de conciliação e julgamento de primeira instância. O substitutivo de Jefferson Péres incluiu uma regra de transição pela qual os juizes classistas que se encontram em exercício deverão cumprir até o final seus mandatos, de três anos.



Substitutivo de Jefferson Péres extingue classistas em todas as instâncias

O plenário discutirá também outra proposta de emenda alterando os critérios de escolha dos juizes classistas, de autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS). O relator da matéria é também o senador Jefferson Péres. Ele recomendou voto contrário à proposta porque ela mantém a figura do juiz classista.

CCJ examina proposta que veda reeleição de prefeitos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino Maia (PFL-RN), se reúne hoje, a partir das 10h30, para apreciar uma pauta de 12 itens, entre eles proposta de emenda à Constituição de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que acaba com a reeleição para prefeitos e prevê a desincompatibilização para governadores e presidente da República.

A PEC determina o prazo de seis meses para a desincompatibilização de governadores e do presidente da República candidatos à reeleição. O relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), deu parecer favorável. Dutra justificou a proposta alegando o "abuso indiscriminado do uso da máquina do Estado, tanto na reeleição do atual presidente quanto na maioria dos estados brasileiros que não são administrados por pessoas sérias e decentes".

A CCJ também apreciará projeto de lei de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que anistia as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998. De acordo com o projeto, ficam anistiados os eleitores multados por

deixarem de votar nas eleições do ano passado, bem como partidos políticos, candidatos não eleitos, veículos de comunicação e aqueles que fizeram propaganda ilegal e foram multados, "a qualquer título", por infrações praticadas entre 7 de abril e 25 de outubro de 1998. Os candidatos eleitos não se beneficiam dessa anistia. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA).

Em sua justificativa, Camata explicou que a legislação eleitoral incorporou disposições que serviram para reforçar dificuldades, distorções e erros que se deseja evitar, como a reeleição de candidatos no exercício de cargos executivos. Como exemplo, o senador citou o artigo 45 da Lei nº 9.504/97, que sujeita a multa a emissora de rádio ou televisão que difunda opinião contrária ou favorável a partido ou candidato. "Dessa forma, em plena democracia, chegou-se, em muitos estados, a uma situação comparável à das mais sombrias ditaduras: sob o manto protetor da lei e em nome da sua aplicação, podia-se falar a favor do governo, mas não criticá-lo", lembrou Camata.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Participa da solenidade de inauguração do Edifício Luís Eduardo Magalhães. *Saguão Superior do Anexo II da Câmara (em frente à Biblioteca)*
- ▶ 10h30 - Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a reverenciar a memória do deputado Luís Eduardo Magalhães. *Plenário da Câmara dos Deputados*
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

- ▶ 10h30 - Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a reverenciar a memória do deputado Luís Eduardo Magalhães, pelo transcurso de um ano de seu falecimento. *Plenário da Câmara dos Deputados*
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Requerimento nº 153/99, do senador José Eduardo Dutra, solicitando que sobre o PLS nº 177/99, de autoria do senador Luiz Estevão, que altera a Lei nº 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos militares dos estados e do Distrito Federal, e regulamenta o parágrafo 2º do art. 201 da Constituição, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; *Requerimento nº 142/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 177 e 199, de 1999, por versarem sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos militares dos estados e do Distrito Federal; e *Requerimento nº 157/99, do senador José Roberto Arruda, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 11 e 28, de 1999, por versarem sobre a instituição do Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal.

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública com o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e com o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- ▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 10/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o STF; *PLS nº 81/99, que dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998; *PDL nº 01/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota Conjur/Minfra nº 0024/92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24/3/92, de autoria da Comissão Especial criada por intermédio do Requerimento nº 585/96, destinada a apurar a situação dos garimpeiros em Serra Pelada; *PLC nº 96/96, que dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos; *PLC nº 02/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade de participação em curso de prevenção ao uso de drogas e álcool aos motoristas que, alcoolizados ou sob efeito de outra substância química, provoquem acidente de trânsito; e *PLC nº 43/97, que dispõe sobre a apreensão de semoventes nas rodovias e respectivas faixas de domínio. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
- ▶ 13h30 - CPI do Judiciário
Pauta: Depoimento do presidente em exercício do TRT/PB, Ruy Eloy. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 14h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul - Representação Brasileira
Pauta: Instalação e eleição da Mesa Diretora. *Plenário 3 - Anexo II da Câmara dos Deputados*
- ▶ 16h30 - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Depoimentos de Rubem de Freitas Novaes e de Luiz Augusto Bragança. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 18h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Requerimento nº 6, do senador Roberto Requião, solicitando, nos termos do artigo 90, incisos IX e XIII e parágrafo único, que sejam remetidas a esta comissão as fitas contendo as gravações das conversas entre os operadores dos principais centros de operações de sistema na hora do blecaute ocorrido no dia 11 de março de 1999 e, se possível, as devidas transcrições; e *Requerimento nº 8, da senadora Emilia Fernandes, solicitando audiência pública com o presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, e o representante da Federação Nacional dos Urbanitários, Mauro Martinelli, para expor e debater sobre a cisão e a privatização de Tucuruí e demais sistemas de geração de energia da Eletronorte. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*
- ▶ 18h30 - Reunião conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Fiscalização e Controle
Audiência pública. Pauta: Esclarecimentos sobre o processo de cisão da Chesf e Eletronorte, e também informações acerca da política governamental na área de energia, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Convidados: Firmino Ferreira Sampaio Neto, presidente da Eletronorte; Mozart de Siqueira Campos Araújo, presidente da Chesf; e Paulo Rangel de Lima, diretor da Federação Nacional dos Urbanitários. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM adverte: quem não falar à CPI será preso

Senador prevê que, se tiver julgamento isento, o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes irá para a cadeia. Com a comissão de inquérito e a reforma do Judiciário, acredita, a “Justiça vai fazer justiça”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que qualquer depoente convocado por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que se recusar a depor terá o mesmo destino do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes: “Será preso, processado e intensificaremos as investigações.” As CPIs, garantiu, continuarão cumprindo suas obrigações. A que investiga irregularidades no sistema financeiro, conforme avaliou, “saiu fortalecida do episódio”.

O senador manifestou seu entendimento de que Francisco Lopes, com o comportamento de segunda-feira, “já foi condenado pela opinião pública e um dia o será pela Justiça”. Antonio Carlos admitiu que, pessoalmente, tem “poucas dúvidas sobre a culpabilidade dele”. O senador não se conforma com a recusa “de um homem em comprometer-se a falar a verdade”.

– Quem não tem culpa vem se defender. Quando um homem se furta a dizer a verdade, quando não pode



Antonio Carlos destacou a intenção dos parlamentares de acabar com a impunidade

jurar dizer a verdade, acho que ele iria mentir – observou.

O presidente do Senado destacou que a intenção dos parlamentares é “acabar com a época em que ladrão e rico não iam para a cadeia, se fossem importantes”. O senador acredita que, se Francisco Lopes tiver “um julgamento isento, vai para a cadeia”, porque agora, graças à reforma em andamento do Judiciário e à CPI do Senado, “a Justiça vai fazer justiça”.

Senador diz que decisão do Supremo fortalece os poderes das comissões de inquérito

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, rebateu a interpretação de que a concessão de *habeas corpus* a Francisco Lopes, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), abriria precedente a outros depoentes que quiserem se negar a prestar informações a CPIs.

– Não abre essa brecha, não. Leiam com atenção o voto. A concessão do *habeas corpus* obriga a depor na CPI. É preciso que vocês, da imprensa, divulguem isso bem para que todos saibam que estão obrigados a depor – afirmou.

O presidente do Senado disse que os irmãos Bragança, sócios de Lopes na Macrométrica, terão de vir à CPI: “Eles virão embaixo de vara. O *habeas corpus* concedido é muito claro sobre isso. Hoje existe praticamente uma jurisprudência do Supremo nesse sentido”.

– A CPI foi absolutamente correta. Basta ler o despacho exarado pelo ministro Sepúlveda Pertence, como, aliás, já havia deliberado o ministro Celso de Mello em medida semelhante, tomada com relação a uma CPI do INSS. Ficou muito claro o poder de cada um, e que Lopes tinha de prestar o juramento e responder às perguntas – observou.

Antonio Carlos acrescentou que os ad-

vogados do ex-presidente do BC poderiam até tê-lo aconselhado a não responder às perguntas que pudessem incriminá-lo, mas sem deixar de prestar depoimento à CPI. “Eles não fizeram isso, e criaram um problema, pois a atitude tomada não correspondeu aos anseios da sociedade, e seu cliente se apresenta hoje como um culpado. Podia estar em situação melhor”, arrematou.

ACM acha que a CPI deve permitir que Lopes venha depor, caso ele o peça, mas sem tomar a iniciativa de reconvocá-lo, pelo menos de imediato. Ele ponderou que uma autoridade econômica – os ministros da Fazenda e do Orçamento, ou mesmo o presidente do BC – preste os esclarecimentos que caberiam a Lopes.

– Qualquer um deles está em condições de explicar o que Lopes não explicou, por culpa da manobra errada de seus advogados. Ele ficou muito mal. Talvez tivesse motivos que o impedissem de dizer a verdade. Isso é grave – concluiu.

Ele apóia a mudança da legislação, se preciso por emenda constitucional, para definir melhor as atribuições e poderes das CPIs, propondo que seja inafiançável o crime de se recusar a depor nessas comissões.

Bello Parga afasta possibilidade de nova convocação de Lopes

Os próximos depoentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no sistema financeiro deverão prestar esclarecimentos normalmente aos senadores, assinando o termo de compromisso de falar a verdade, sob pena de serem presos caso resolvam adotar a mesma tática do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, que se negou a assinar o documento e a depor, na segunda-feira. O alerta foi feito, na manhã de ontem, pelo presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), durante entrevista aos jornalistas, ao responder sobre a possibilidade de o episódio de Francisco Lopes abrir um precedente junto à CPI.

– Quem quiser ser preso e responder por processo de desobediência e desacato é só fazer como ele (Francisco Lopes) fez. Quem não quiser ser réu não proceda como ele – advertiu o senador.

Bello Parga descartou a possibilidade de a CPI voltar a convocar Francisco Lopes para depor, após o episódio de segunda-feira, observando que o ex-presidente do Banco Central só virá a falar na CPI se esse for seu desejo. Ele lamentou a desistência do ex-presidente do Banco Central de depor perante a CPI.

Mesmo sem o depoimento de Lopes, considerado importante pelos

integrantes da comissão, Bello Parga disse que a CPI continuará seus trabalhos normalmente, pois existem muitas outras possibilidades de investigação e depoimentos para que sejam apuradas as denúncias de irregularidades no sistema financeiro.

O senador pefelista defendeu a decisão da CPI de prender Francisco Lopes depois que o ex-presidente do BC se negou a assinar o termo de compromisso de falar a verdade. Sem o compromisso, segundo Bello Parga, o depoimento de Lopes na comissão não teria fundamento legal.

O fato de os advogados de Lopes terem impetrado *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e libertado seu cliente sob pa-



Bello Parga considerou normal a concessão de *habeas corpus* pelo Supremo ao economista

gamento de fiança foi considerado normal pelo presidente da CPI.

– Esse procedimento faz parte da legislação penal: se o crime é afiançável, ele pode ser libertado como qualquer outra pessoa nessa situação – observou.

Bello Parga acrescentou que Francisco Lopes vai agora responder a uma ação pública pelos crimes de desobediência e desacato.

Vice-presidente assume interinamente

O presidente da CPI que investiga o sistema financeiro, senador Bello Parga, pediu afastamento do cargo “por problemas de ordem pessoal”, segundo informou, na manhã de ontem, o vice-presidente da comissão, senador José Roberto Arruda, que assumirá o lugar de Parga durante esse período.

Numa breve reunião entre Parga, Arruda e o relator da CPI, João Alberto Souza (PMDB-MA), no gabinete do pre-

sidente da comissão, ficou decidido que Arruda assumirá os trabalhos durante o tempo necessário. Segundo Arruda, Bello Parga solicitou afastamento por motivos de viagem por um ou dois dias.

Arruda desmentiu notícias sobre problemas de saúde de Bello Parga, que teriam motivado seu afastamento da presidência da CPI. “Não sou médico, mas minha impressão é a de que ele (Bello Parga) está bem”, disse o senador do PSDB.

Arruda vê desrespeito ao Congresso Nacional

O presidente em exercício da CPI dos Bancos, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ontem que o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes desrespeitou o Congresso e a opinião pública e desrespeitou-se, ao se negar a prestar esclarecimentos à comissão, em audiência que estava marcada para a segunda-feira.

– Francisco Lopes revelou-se incapaz de dar esclarecimentos ao Congresso Nacional e, portanto, à sociedade. Lamento profundamente que um cidadão, que foi autoridade pública durante tantos anos, tenha tido esse tipo de comportamento. Que coisa mais triste uma pessoa que assumiu um cargo de relevância no país se negar a fazer um depoimento. Ele abriu mão do seu legítimo direito de defesa e, com isso, praticamente confessa sua culpa, sua incapacidade de se defender – afirmou.

Para o senador Arruda, o ex-presi-



Arruda disse que advogado de ex-presidente do BC julga-se “única pessoa inteligente”

dente do Banco Central vai conseguir responder ao processo em liberdade, mas a partir desse fato ele passa a ser indiciado em processo penal e deixa de ser testemunha de um inquérito, posição em que se encontrava até ser preso na CPI. O senador observou ainda que, apesar desses aspectos jurídi-

cos, o mais importante para Francisco Lopes é o aspecto político, que afetou sua imagem pública.

– Essa atitude dos advogados de Francisco Lopes pode ser, em termos processuais, de Código Penal, uma atitude inteligente, que vai facilitar sua defesa. Mas em termos de imagem pública é a pior coisa que pode acontecer a um cidadão – observou.

Sobre o incidente ocorrido com um dos advogados de Lopes, Luís Guilherme Vieira, que ameaça recorrer à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por ter sido obrigado a deixar a sala da CPI, o senador comentou:

– Esse advogado pensa que a gente é criança e que ele é a única pessoa inteligente na face da terra. Ele foi recebido respeitosamente na CPI e teve todo o direito de prestar assistência ao seu cliente. Mas, no instante em que ele quis falar no lugar do seu cliente, foi preciso impedi-lo – explicou.

Mauch: BC vendeu dólar barato para "evitar risco"

Na véspera das operações com os bancos Marka e FonteCindam, banco decidiu que não deveria liquidar instituições financeiras em dificuldades

O ex-diretor de Fiscalização do Banco Central Cláudio Mauch afirmou à CPI do Sistema Financeiro, em depoimento ontem, que o BC vendeu dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam para proteger a política cambial de "bandas aumentadas".

Para ele, naquele momento (14 de janeiro), com o mercado financeiro tenso por causa da grande venda de dólares das reservas do país, foi o caminho que "a diretoria" encontrou "para evitar um risco que não conhecia":

– O que poderia acontecer se alguma instituição deixasse de honrar seus compromissos no mercado futuro? O risco de crise em todo o sistema era, a nosso ver, naquele momento, muito grande – sustentou Mauch.

Na véspera da venda de dólares ao Marka e ao FonteCindam, dia 13 de janeiro, a diretoria do BC decidiu, acrescentou Cláudio Mauch, que não se deveria liquidar alguma instituição financeira, pelo risco que representava para todo o sistema. Lembrou que, como nas crises da Ásia e da Rússia, também havia muitos boatos de uma desvalorização cambial e, naquelas duas oportunidades, o Banco Central impôs sua política.

A decisão da diretoria do banco foi respaldada pela área jurídica da instituição, e, por isso, "ficou decidido que o Banco Central iria brigar por sua política cambial", disse o ex-diretor. Apenas dois bancos recorreram ao BC por falta de liquidez – o Marka e o FonteCindam. Cláudio Mauch afirmou que a decisão do BC "foi institucional",

ou seja, se aplicaria não apenas ao Marka e ao FonteCindam em casos de falta de liquidez.

Ao comentar as notícias de que o Banco Central teve prejuízos elevados com o Marka e o FonteCindam, o ex-diretor ponderou que a instituição "não olha o lucro ou prejuízo de uma operação, porque ela é a autoridade monetária". Ele admitiu que os fiscais do BC tiveram "poucas horas" para examinar a situação do Banco Marka quando ele pediu socorro. Para a venda dos dólares ao Marka a R\$ 1,27, quando a cotação pela banda cambial já estava mais elevada, a diretoria do BC decidiu que "se deveria tirar tudo da instituição, inclusive o patrimônio".

Os bens do ex-dono do Marka, Salvatore Cacciola, não ficaram indisponíveis porque o BC não estava fazendo uma liquidação – caso em que os bens dos proprietários e diretores ficam bloqueados. O Banco Central, acrescentou Cláudio Mauch à CPI do Sistema Financeiro, fez a operação exatamente para evitar a liquidação e suas consequências para o mercado financeiro.



Mauch disse que decisão foi respaldada pela área jurídica e que, por isso, decidiu-se que o BC iria brigar por sua política cambial

Relator questiona por que diretor pediu demissão em plena crise

O relator da CPI dos Bancos, senador João Alberto (PMDB-MA), questionou ontem à tarde, durante depoimento na CPI do Sistema Financeiro, o ex-diretor de Fiscalização do BC Cláudio Mauch por que ele decidiu pedir demissão assim que Francisco Lopes assumiu interinamente a presidência do Banco Central, tentou sem sucesso a política cambial de "bandas largas" e em seguida deixou a moeda flutuar. E mais: por que Mauch, conhecido por seu rigor, concordou em vender dólares aos bancos Marka e FonteCindam a preços favorecidos.

Mauch respondeu afirmando que já estava na diretoria do Banco Central desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, enquanto sua família continuou morando em Porto Alegre. "Eu já havia comunicado ao presidente

Gustavo Franco que não pretendia continuar no Banco Central. Achava que já tinha dado minha contribuição", explicou. Quanto à concordância em vender dólares a preços abaixo da cotação do dia, Mauch ponderou que aceitou a operação "por causa das repercussões" sobre o mercado em caso de liquidação da algum banco.

João Alberto perguntou ainda a Mauch por que a Fiscalização do Banco Central não alertou que 29% de todos os contratos de venda futura de dólares na Bolsa de Mercadorias & Futuros esta-

vam concentrados em apenas três bancos, entre eles Marka e FonteCindam. Depois de admitir que "o Banco Central não é infalível", o ex-diretor do BC ponderou que "o mercado de derivativos é complexo" e há dificuldades para sua fiscalização.

João Alberto perguntou ainda a declaração de Mauch à Polícia Federal de que não conhece Salvatore Cacciola, mesmo existindo um bilhete do ex-dono do Marka a Francisco Lopes lamentando o rigor de Cláudio Mauch ao tratar os problemas de seu banco. O ex-diretor insistiu que não conhece Cacciola.

João Alberto indagou por que a fiscalização do BC não alertou que 29% dos contratos de venda de dólares estavam nas mãos de apenas três bancos

Ex-diretor do BC nega ter se encontrado com Cacciola

O ex-diretor de Fiscalização do Banco Central Cláudio Mauch negou qualquer contato com o controlador do Banco Marka, Salvatore Cacciola, por ocasião das negociações que culminaram na venda de dólares à cotação de R\$ 1,2750 e que evitaram a quebra do Marka. Mauch respondeu à pergunta do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que citou o depoimento dado pelo ex-presidente do BC, Francisco Lopes, à Polícia Federal. O senador lembrou que Lopes informara à Polícia que foi Mauch quem negociou diretamente com o Banco Marka:

– Nunca recebi nem fui solicitado a receber Cacciola. Deixei para que a área técnica do Banco Central recebesse os representantes do Marka – garantiu o depoente, admitindo que o levantamento da situação financeira dos bancos Marka e FonteCindam foi feito pelo pessoal sob o seu comando, na área de fiscalização do BC.

Ainda com relação à decisão que favoreceu o Banco Marka, Cláudio Mauch teve que explicar à CPI como se chegou à cotação do dólar de R\$ 1,2750. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) quis saber se houve divergência entre os diretores do Banco Central no que diz respeito à fixação da taxa de câmbio. "A diretoria entendeu que, frente às condições do mercado, esta era a melhor solução, tomada dentro da legalidade e de acordo com as diretrizes da política cambial definida pelo governo federal", argumentou Mauch.

O senador Eduardo Suplicy também pediu detalhes das reuniões no BC que fundamentaram a decisão de "salvamento dos bancos". Suplicy estranhou o fato de a correspondência da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) ter chegado no dia 14 de janeiro ao Banco Central, um dia após terem sido iniciados os estudos sobre a situação do Banco Marka. Segundo o senador, "a correspondência da BM&F alertava sobre a situação difícil dos bancos e foi usada como argumento para a operação de ajuda ao Marka e FonteCindam":

– A operação não foi feita para salvar a instituição, e muito menos o patrimônio de seus controladores. O Banco Central entendeu que a quebra seria danosa para a credibilidade, já arranhada do país junto ao mercado internacional – justificou Cláudio Mauch.

Respondendo a pergunta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Cláudio Mauch explicou porque a cotação de R\$1,2750 por dólar não foi oferecida a todo o mercado financeiro. Segundo o ex-diretor do BC, a cotação, definida por ele como "possibilidade de liquidez", foi oferecida apenas a instituições que procuraram o Banco Central, alegando terem posições temerárias em moeda americana, "pondo em risco o sistema como um todo".

(No fechamento desta edição, às 23h40, prosseguia o depoimento de Cláudio Mauch à CPI do Sistema Financeiro.)

Para Arruda, decisão de Sepúlveda prestigia poder da comissão

O vice-presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que presidiu ontem a reunião da comissão, afirmou que o despacho do ministro Sepúlveda Pertence, do STF, ao decidir *habeas corpus* pedido por Francisco Lopes, "prestigia o poder investigatório" da comissão de inquérito do Senado, conforme análise dos assessores jurídicos da CPI. Arruda leu para a CPI a avaliação feita pelos assessores do Senado.

Conforme a análise, a decisão do ministro Sepúlveda Pertence "rejeita a invocação do direito constitucional ao silêncio de forma genérica", como pretendia na segunda-feira o ex-presidente do BC Francisco Lopes ao comparecer à CPI e se recusar a assinar o termo de compromisso de só falar a verdade.

José Roberto Arruda leu trechos da decisão do ministro Sepúlveda Pertence, onde ele afirma não ser "desarrazoado supor" que Francisco

Lopes, por ter ocupado importantes diretorias do Banco Central, "tenha o que declarar à Comissão Parlamentar de Inquérito". Assim, o ministro do STF deferiu "em parte" a liminar para que o ex-presidente do BC, "retornando à CPI e prestando-lhe depoimento sobre os fatos compreendidos no objeto de sua criação, não seja (...) preso ou ameaçado de prisão pela recusa de responder a perguntas, cujas respostas entendam possivelmente incriminá-lo".

Na reunião de ontem, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu que a CPI convoque para depoimento o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Argumentou que um artigo de uma ex-assessora do Banco Central mostra com clareza que Francisco Lopes pretendia conseguir a demissão de Malan.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs a reconvocação de Francisco Lopes. Requião concordou e considerou improvável que o ex-presidente do BC "consiga um segundo *habeas corpus*".

CPI dos Bancos ouve ex-sócios de Francisco Lopes

Irmãos Bragança estão sendo convocados para esclarecer denúncias de vazamento de informações privilegiadas a respeito de mudanças na política cambial, supostamente passadas a instituições financeiras

A CPI que investiga o sistema financeiro marcou para hoje, a partir das 16h30, os depoimentos de Luís Augusto Bragança, ex-sócio do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, na empresa de consultoria Macrométrica, e do economista Rubem Novaes. Amanhã, vão prestar depoimentos à CPI, no mesmo horário, o ex-secretário-executivo do Comitê de Política Monetária (Copom), Alexandre Pundeck, e o outro ex-sócio de Lopes na Macrométrica, Sérgio Bragança, irmão de Luís Bragança.

O relator da CPI, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), informou ontem que a comissão marcará o depoimento do presidente do Banco Marka, Salvatore Cacciola, para a próxima semana.

O economista Rubem Novaes foi citado pela imprensa como sendo o con-

tato entre o Banco Marka e um informante do Banco Central, enquanto Luís Augusto Bragança seria autor de uma declaração, por escrito, encontrada no apartamento de Francisco Lopes, no Rio, informando que o ex-presidente do BC teria US\$ 1,67 milhão em conta corrente no exterior.

A CPI deverá inquirir esses depoimentos sobre denúncias de suposto vazamento de informações privilegiadas a respeito de mudanças na política cambial, que teriam sido passadas para várias instituições financeiras, entre as quais os bancos Marka e FonteCindam. Além dessas denúncias, a CPI investiga a venda de dólares pelo BC para os bancos Marka e FonteCindam por preços abaixo dos estabelecidos pelo mercado, cuja operação teria causado prejuízo ao BC.

O relator da CPI, bem como o presi-

dente da comissão, senador Bello Parga (PFL-MA), e o vice-presidente, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), continuam descartando a possibilidade de chamar para depor o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

– Em que momento o ministro foi citado na CPI? Trazer o ministro para fazer uma conferência na CPI? – indagou o relator, observando que ele próprio não teria o que indagar de Malan, nesse momento.

João Alberto acrescentou, porém, que nada impede a convocação de Malan no decorrer dos trabalhos da comissão, caso os senadores achem oportuno. Mas deixou claro que chamar o ministro nesse momento seria “açodamento”.

Também para Bello Parga e José Roberto Arruda, não há razão para convocar Pedro Malan até o momento.

Relator prevê sistema melhor com abertura de “caixa preta”

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) “abriu uma caixa-preta”, desvendando operações irregulares entre o Banco Central e várias instituições, e contribuirá para tornar mais transparente o sistema financeiro nacional, afirmou ontem o relator da comissão, João Alberto Souza. O senador lamentou a opção de Francisco Lopes de não depor na CPI, mas disse que se o ex-presidente do Banco Central resolvesse responder às indagações dos senadores da comissão “iria suar”.

– Eu mesmo tinha 20 perguntas para fazer a ele. Fizemos um levantamento interessante, a partir das informações de vários documentos, que poderíamos cruzar. Essa CPI abriu uma “caixa preta”, e vamos ter mais transparência do sistema financeiro nacional daqui para a frente – afirmou.

De acordo com as informações que chegaram ao relator, o Banco Central perdeu US\$ 1,574 bilhão nas operações efetuadas com os bancos Marka e FonteCindam, durante a desvalorização cambial, em janeiro. O senador concorda com as observações feitas pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, de que a livre flutuação cambial é o melhor sistema para dar transparência ao mercado financeiro. Com o câmbio livre, observou, o governo não deverá mais investir no mercado futuro.

Sobre a decisão de Francisco Lo-

pes, que se negou a assinar o compromisso de dizer a verdade e depor na CPI, João Alberto disse que foi uma surpresa.

– Não esperava essa estratégia dos advogados. Eu aguardava era uma ampla explanação de um professor, procurando contornar o engano das assertivas que repousavam sobre ele. Acho que um homem público tem por obrigação prestar esclarecimentos a qualquer momento sobre seus atos. A negativa dele deixa dúvida sobre seu comportamento – afirmou o relator da CPI.

Enquanto Francisco Lopes permanecia na sala da segurança do Senado, após a decretação de sua prisão pelo presidente da CPI, senador Bello Parga, João Alberto disse que tentou convencê-lo a falar na comissão. Mas o ex-presidente do Banco

Central respondeu que essa era a estratégia estabelecida por seus advogados.

– Fiquei muito constrangido de estar lá, principalmente porque estava ao lado de um professor de renome e ex-presidente do Banco Central – observou o senador.

Para João Alberto, a CPI não terá seus trabalhos abreviados diante desse episódio envolvendo Francisco Lopes, até porque há uma série de depoimentos que ainda serão tomados e diversos assuntos de investigação sobre as práticas do mercado financeiro.



Suplicy afirma que despacho abre caminho para depoimento

Ex-presidente pode voltar à CPI, sugere Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que o despacho do ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, abre caminho para que o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, venha a depor na CPI do Sistema Financeiro.

– Ao reconhecer o direito de Francisco Lopes ao silêncio, em relação a fatos que possam incriminá-lo, Sepúlveda cria condições para que ele volte à CPI, respondendo a algumas perguntas e não a outras. Mesmo assim, ele terá muito a dizer sobre sua longa atuação no BC – argumentou Suplicy.

Para o senador, a recusa de Lopes em firmar o compromisso lançou uma onda de preocupação sobre o país, que pode ser, em parte, dissolvida se ele voltar à CPI.

Suplicy lembrou que o único empecilho para o depoimento de Francisco Lopes era a assinatura do termo de compromisso. “Portanto, aceita essa condição, ele poderá depor. É preocupante que ele não queira dizer toda a verdade”, disse.

Em apartes, os senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e Luiz Otávio (PPB-PA) concordaram com a necessidade de um novo depoimento de Lopes. Para a senadora Heloisa Helena (PT-AL) a possibilidade de ele depor, silenciando para não se prejudicar, abre um “precedente perigoso” que a CPI precisa analisar e deliberar.

Projeto de Jucá pretende conter publicidade enganosa

Visando dar um basta aos abusos cometidos na publicidade de produtos que apregoam milagres para a saúde e a higiene, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apelou ao Senado para que aprove projeto de sua autoria que pune essas irregularidades. Ele quer que os responsáveis pela fabricação ou comercialização desses remédios e pela veiculação da propagan-



Jucá cobra adoção de medidas de proteção à saúde do consumidor

da fiquem sujeitos a multas de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil.

Conforme o parlamentar, a sociedade brasileira vem assistindo impotente à invasão diária de seus lares pela publicidade de produtos que apregoam coisas como o fim da calvície, das estrias e da celulite ou o emagrecimento definitivo em poucos dias. Ele lembrou que são frequentes os relatos de prejuízos pelos que acreditaram nessa propaganda.

Informou também que a propaganda e o comércio desses produtos movimentam cifras milionárias, mas os consumidores dificilmente obtêm os benefícios alardeados, o que revela o caráter enganoso dessa

publicidade. “Assim, urge que o poder público tome medidas de proteção à saúde do consumidor, bombardeado diariamente por propaganda maciça nos meios de comunicação”, aconselhou ele.

Com seu projeto, Jucá deseja que esses produtos, nacionais ou estrangeiros, sejam registrados na Vigilância Sanitária, e que o registro seja exibido nas peças publicitárias.

Essa exigência deverá atingir produtos medicinais, alimentícios, fórmulas, cosméticos e quaisquer tipos de remédios ou tratamentos que impliquem a ingestão de drogas ou aplicações tóxicas.

O senador apelou ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais para que coloque a matéria logo em votação, pedindo ainda ao relator que apresse seu exame. “É um projeto que defende a sociedade e protege a saúde pública”, disse o parlamentar. Em aparte, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) afirmou que esse projeto, além de criar obrigação para o fabricante, é importante porque co-responsabiliza também o veículo que divulga o produto.

Maldaner pede conclusão de obras na rodovia BR-282

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem aos ministros dos Transportes e da área econômica que garantam os recursos para a conclusão das obras de ampliação na BR-282, que liga Florianópolis ao extremo oeste de Santa Catarina e à fronteira com a Argentina. Maldaner esclareceu que a estrada, a mais antiga do estado, é fundamental para o escoamento da produção agrícola do interior para os portos no litoral, além de ter adquirido importância maior com o advento do Mercosul.

– Dos quase R\$ 10 milhões em empenhos autorizados para essa rodovia em 1998, somente R\$ 838 mil foram liquidados e R\$ 350 mil inscritos em restos a pagar. São apenas 12%, o que



Maldaner afirma que rodovia contribui para integração com Mercosul

significa que 88% do orçado para a BR-282 foram inexplicavelmente cortados. Quero deixar lavrado aqui o meu descontentamento com essa decisão – afirmou o senador.

De acordo com Maldaner, ainda falta implementar trechos entre os municípios de Lages e Campos Novos, passando por São José do Cerrito, Vargem, além do trecho entre São Miguel do Oeste

e a fronteira com a Argentina. O senador disse que a conclusão das obras é essencial para a geração de novas riquezas para o Brasil e contribuiria muito para a integração comercial com os países do Mercosul, especialmente com a Argentina, pois cria uma nova rota para Buenos Aires, cerca de 100 quilômetros mais curta.

Senado discute vinculação de receitas à saúde pública

União, estados e municípios poderão ter responsabilidades definidas no custeio do SUS, conforme emenda que começa a ser discutida amanhã

O plenário do Senado começa a discutir amanhã, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que obriga a União, os estados e os municípios a destinarem percentuais mínimos de verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS), o qual repassa dinheiro para hospitais estaduais, municipais e conveniados para atendimento público gratuito.

A proposta foi apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e, durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebeu substitutivo do relator, o então senador Esperidião Amin, que fez pequenas mudanças na proposta original. De acordo com a mudança constitucional em estudo, a União terá de destinar 30% dos re-

ursos do orçamento da seguridade social para o SUS. Já os estados aplicarão 12% de suas receitas e os municípios, no mínimo 10%, incluído até mesmo o dinheiro que recebem da União como transferência constitucional.

A Constituição determina que o SUS deve ser mantido pelos três níveis de governo, mas não fixa qualquer percentual de receitas para isso. No dia 18 de abril passado, o plenário chegou a discutir a emenda, mas o senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou requerimento adiando a discussão para esta semana, ponderando que o assunto deveria ser melhor analisado, pois a emenda quer vincular receitas num momento em que os governos lutam exatamente contra tais vinculações.



Valadares é autor da emenda, que já recebeu parecer favorável da CCJ

Lúdio e Piva receberão a Ordem do Rio Branco

Os senadores Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Pedro Piva (PSDB-SP) receberam na sexta-feira a Ordem do Rio Branco no grau de Grande Oficial. A cerimônia de imposição de insígnias e entrega do diploma, que contará com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, será realizada às 12 horas, no Palácio do Itamaraty.

A Ordem do Rio Branco foi instituída em 1963 com o objetivo de, ao distinguir serviços meritoriais e virtudes cívicas, estimular a prática de ações e feitos dignos de honrosa menção, e foi intitulada em homenagem ao patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco.

A Ordem consta de cinco graus: Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro, além de uma medalha anexa à Ordem, e é dividida em dois quadros – Ordinário e Suplementar. O primeiro, com vagas limitadas, reúne os diplomatas brasileiros da ativa, e o segundo congrega os diplomatas aposentados e os demais agraciados com a Ordem.

O Conselho da Ordem é constituído pelo presidente da República, Grão-Mestre da Ordem; pelo ministro das Relações Exteriores, na qualidade de Chanceler da Ordem; pelos chefes das casas Civil e Militar da Presidência da República e pelo secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores. O chefe do Cerimonial do Itamaraty é o secretário da Ordem.

A entrega das condecorações da Ordem do Rio Branco se dá, em princípio, no dia 20 de abril, Dia do Diplomata, que marca o nascimento do Barão do Rio Branco.



Gilvam lembrou que Sarney, em seu governo, enfrentou 5 mil greves



Sarney foi considerado por Gilvam como o homem certo para liderar a transição

Gilvam destaca papel de Sarney na transição

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) homenageou ontem o ex-presidente da República e senador José Sarney (PMDB-AP) pela passagem de seu aniversário. "Como jornalista, escritor e político, ele tem-se distinguido sempre e feito muitos amigos. Por isso, ao homenagear o mais antigo parlamentar em tempo de mandato, tenho certeza de traduzir o sentimento de todos os nobres senadores em relação ao homem público cujas opiniões constituem uma referência para todos, o escritor de sensibilidade."

Segundo Gilvam, Sarney foi "o homem certo na hora certa" para liderar a transição democrática que o Brasil viveu depois do regime militar. "Ele enfrentou cinco mil greves e, com altivez, passou a faixa para seu sucessor e saiu do palácio pela porta da frente." Em apartes, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Bernardo Cabral (PFL-AM), Romero Jucá (PSDB-RR), Romeu Tuma (PFL-SP), Iris Rezende (PMDB-GO) e Maguito Vilela (PMDB-GO) se associaram à distinção. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, homena-

geou Sarney, em nome da Casa.

Gilvam também elogiou Antonio Carlos Magalhães pelo seu "brilhante trabalho" à frente do Senado e das CPIs. "Mas precisamos cuidar para não sair de uma crise econômica e entrar numa crise política. É preciso estancar a corrupção, mas lembrando as dificuldades que a Itália enfrentou na 'Operação Mãos Limpas'. Foi um deus-nos-acuda, atingindo policiais, juizes, políticos e advogados. Mas eles são uma nação experiente em crises e o Brasil somente tem 500 anos de idade", observou.

O senador Artur da Távola concordou com Gilvam alertando para os perigos que cercam o acoadamento de passar do mero indicio de culpa para o verdadeiro linchamento de uma pessoa. "O instituto da CPI ficará ameaçado se cair na tentação de exigir que o acusado prove sua inocência, contrariando princípios do Direito consagrados nos últimos 2.000 anos. É preciso reconhecer que esse comportamento lembra os tempos da ditadura e da tortura, representando verdadeiros choques elétricos morais."

Sessão solene reverencia a memória de Luís Eduardo

Em sessão solene marcada para as 10h30, o Congresso Nacional homenageia hoje a memória do ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, morto em 21 de abril do ano passado. Conforme o requerimento de realização dessa sessão, a solenidade destina-se a reverenciar a memória de um homem público que exerceu, dentre outros, os cargos de presidente da Câmara e líder do governo.

Inúmeros parlamentares assinaram o requerimento dessa sessão solene, prevista inicialmente para realizar-se no Senado. A pedido do senador Jefferson Péres (PDT-AM), a cerimônia se realizará em sessão do Congresso Nacional.



Luís Eduardo Magalhães

Comissão do Mercosul será instalada hoje

Serão instalados hoje, às 14h30, na Câmara dos Deputados, os trabalhos da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – Representação Brasileira, quando serão eleitos o presidente, o vice-presidente, o secretário-geral e o secretário-geral adjunto. A comissão tem como presidente de honra o senador José Sarney (PMDB-AP).

Uma das prerrogativas da comissão é representar o Congresso Nacional junto ao Mercosul, sendo que cada Parlamento dos países membros deverá ter

uma comissão semelhante. A representação brasileira é composta por oito senadores e oito deputados, como titulares, e igual número de suplentes. Integram a comissão os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Roberto Requião (PMDB-PR), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Geraldo Althoff (PFL-SC), Álvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Piva (PSDB-SP) e Emilia Fernandes (PDT-RS). Deixa a presidência da comissão o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

CRE aprova indicação para embaixada na Índia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem, por unanimidade, a indicação da ministra de primeira classe Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para exercer a função de embaixadora do Brasil junto à República da Índia e, cumulativamente, junto à República Socialista Democrática do Sri Lanka, à República das Maldivas e ao Reino do Nepal. A aprovação final ainda depende de votação em plenário.

Em sua exposição, a diplomata abordou aspectos sociais, econômicos e políticos da Índia desde a sua independência, ocorrida em 1947. Vera Lúcia disse que a Índia hoje tem a segunda maior população do planeta, com 970 milhões de habitantes, e, se mantiver o ritmo de crescimento populacional, em meados do ano 2000 terá superado o número de habitantes da China. A ministra explicou que o país é um dos mais complexos, pois convive com

18 línguas, 300 dialetos e várias religiões. "A religião muçulmana, que é a minoria, tem 120 milhões de praticantes", revelou.

Vera Lúcia lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso esteve na Índia em 1995 e foi constatada a convergência de inúmeros pontos de vista entre os dois países. Na oportunidade, continuou a ministra, foram assinados protocolos, acordos e convênios nas áreas de saúde, tecnologia, engenharia genética, cultura, agropecuária e meio ambiente. A ministra explicou que a balança comercial entre os dois países é equilibrada, com US\$ 400 milhões nos dois sentidos. Para Vera Lúcia, ainda falta um grande projeto-âncora para estimular o comércio bilateral, que poderia ser a exploração de petróleo na plataforma submarina da Índia.



Vera Lúcia falou na Comissão de Relações Exteriores sobre as relações comerciais com a Índia

Ex-presidente diz que tentou moralizar TRT-PB, mas foi afastado por Pazzianotto

Juiz reafirma denúncias de funcionário do tribunal e do subprocurador da República sobre irregularidades administrativas. "Estou bem acompanhado", garantiu na CPI do Judiciário

No período em que esteve à frente do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, o juiz Vicente Vanderlei promoveu a exoneração de 160 funcionários requisitados, acabou com o provimento de fundos para os gabinetes dos juizes e reduziu os gastos do tribunal em mais de R\$ 6 milhões. Porém, conforme relato de Vanderlei, cinco meses antes de acabar o seu mandato ele foi exonerado, sem possibilidade de defesa, pelo então corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto.

Em depoimento, ontem, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário, Vicente Vanderlei afirmou que, durante o período em que presidiu o tribunal, nunca encontrou denúncias falsas nas declarações feitas pelo funcionário Antônio de Pádua Pereira Leite, primeiro a depor na CPI.

– Estou bem acompanhado – disse o juiz, referindo-se também ao subprocurador-geral da República Eithel Santiago de Brito Pereira, que investigou irregularidades no TRT e depois na segunda-feira (dia 26) à CPI.

Na exposição, Vanderlei fez um histórico de sua atuação como juiz do TRT. Empossado em fevereiro de 1994, ele foi conduzido à presidência do tribunal dez meses depois, mesmo contra a vontade dos demais juizes. Para assumir o cargo, ao qual tinha direito pelo dispositivo da Lei da Magistratura que determina o rodízio no comando dos tribunais, Vanderlei informou ter recorrido ao TST.

LIMINAR

Como contou o magistrado, o ministro Ursulino Santos, do TST, determinou, em liminar, que Vanderlei deveria assumir o TRT da Paraíba. Caso a liminar não fosse cumprida, continuou o depoente, o ministro determinou que o Banco do Brasil deveria interromper a liberação de verbas para o tribunal.

Na presidência, o juiz disse que passou a ter problemas diversos. Um mês depois de assumir, relator, os demais juizes tentaram afastá-lo por falta de confiança e só foi confirmado no cargo por ter recorrido à Justiça Federal. As reuniões do TRT, disse, a maioria dos juizes compareciam armados.

Desde que assumiu como juiz, Vanderlei disse que começou a sentir que havia problemas graves no tribunal. Em resposta ao relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), listou a existência de mais de 200 funcionários requisitados de outros órgãos estaduais e de prefeituras, que estariam "entupindo" o tribunal.

Dois dias depois de ter assumido como presidente, Vanderlei baixou ato exonerando 96 servidores requisitados, dentre eles uma filha do juiz Severino Marcondes Meira, de 16 anos, funcio-



Paulo Souto, relator, e Ramez Tebet, presidente, ouvem as denúncias de Vicente Vanderlei (D), ex-presidente do TRT

nária de um município paraibano.

Depois disso, o ex-presidente do TRT declarou ter enviado ofício às prefeituras de onde teriam vindo os requisitados. De seis delas, obteve a resposta de que as pessoas referidas no ofício não eram funcionários da prefeitura e que "jamais teriam passado pela cidade".

– Eu devolvi todos os requisitados – afirmou o juiz.

A descoberta dos suprimentos de fundos aos gabinetes, declarou o juiz, foi feita mais tarde, quando o juiz Aloísio Rodrigues pediu recursos para pagamento de gastos com gel para plantas, absorventes femininos e remédios. Somente então, Vanderlei disse ter pedido a devolução dos valores repassados inclusive nos meses anteriores.

Vanderlei declarou ainda ter economizado, somente durante o ano de

1996, metade de seu mandato como presidente, mais de R\$ 6 milhões e, ainda assim, promoveu a modernização do tribunal, informatizando-o.

Com base na "lei antinepotismo", de dezembro de 1996, Vanderlei procedeu à exoneração de 13 servidores, parentes até o terceiro grau de juizes, que ocupavam cargos em comissão. As reações a esse ato, continuou, incluíram uma série de recursos pedindo a revisão das demissões.

Mais tarde, o TST baixou resolução administrativa considerando que a aplicação da "lei antinepotismo" não seria considerada para nomeações feitas anteriormente à edição da lei. Nesse momento, afirmou, "deixei de contar com o TST".

AFASTAMENTO

Na mesma época, segundo o depo-

ente, havia uma sindicância do Tribunal Superior do Trabalho em curso no TRT da Paraíba. Órgão especial do TST deu, então, poderes especiais ao corregedor da Justiça do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto, disse ele. Acrescentou que em junho de 1997 Pazzianotto tomou a decisão de afastar os oito juizes do tribunal paraibano. Mais uma vez, Vanderlei recorreu à Justiça Federal, reassumiu por dois dias, mas, segundo ele, em ação do ministro do TST a liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal de Pernambuco e os seus atos à frente da presidência foram anulados, narrou o juiz.

De acordo com Vanderlei, o seu afastamento do TRT foi uma "decisão pessoal" de Pazzianotto. Ele disse ainda que até hoje não teve qualquer possibilidade de se defender.

Denúncias teriam sido arquivadas ou julgadas

O relator da CPI que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, senador Paulo Souto, listou quatro ações que existiriam contra ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, Vicente Vanderlei, no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O juiz disse aos membros da CPI que as ações já foram declaradas prejudicadas ou julgadas, sem que ele fosse considerado culpado em nenhuma delas.

As denúncias contra Vanderlei teriam sido apresentadas pelo vice-presidente do Tribunal durante sua gestão, juiz Aloísio Rodrigues, e se referiam, principalmente, a irregularidades na recondução de juizes classistas de juntas de conciliação do interior do estado e um ato de aposentadoria de

juiz classista.

Em um dos casos, o ex-presidente do TRT foi acusado de prevaricação (uso inadequado de função pública) e de prejuízo aos cofres públicos por ter nomeado um juiz classista que seria parente de outro. Porém, Vanderlei disse ter levantado todas as informações para a nomeação e o parentesco era apenas de nono grau.

De acordo com sua narrativa, as outras três notícias-crime protocoladas no STJ foram arquivadas, ou transitadas em julgado, validando seus atos como ex-presidente. No total, Vanderlei afirmou ter nomeado 44 juizes classistas temporários e analisou 1.123 candidatos ao cargo, buscando sempre a árvore genealógica e o local de residência dos pretendentes.

Ministro do TST afirma que tomou providências

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, encaminhou correspondência ao presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informando as providências que tomou como corregedor-geral (função que exerceu entre 12 de junho de 1996 até o final de julho de 1998), sobre o caso do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB).

O ministro Pazzianotto garantiu que todos os acontecimentos denunciados e apurados no TRT-PB encontram-se *sub judice* no Tribunal Superior do Trabalho ou no Superior Tribunal de Justiça.

Pazzianotto resolveu enviar a correspondência por ter sido citado em depoimento prestado na CPI do Judiciário, quando foram oferecidas denúncias de irregularidades no TRT da Paraíba (*veja matéria ao lado*). Ele disse que, como corregedor-geral, determinou que as denúncias feitas pelo funcionário do TRT, Antonio de Pádua Pereira Leite, contra a direção do tribunal constassem na sindicância determinada pelo TST para apuração dos fatos.

A decisão de afastar os juizes componentes do TRT da Paraíba, em resoluções datadas de 18 e 23 de junho e 15 de julho de 1997, foi justificada por Pazzianotto como fundamentais para "o restabelecimento da dignidade no exercício da magistratura e a recuperação da moralidade administrativa".

Ele também informou que em agosto de 1997 o órgão especial do TST decidiu, por unanimidade, referendar seus atos que culminaram no afastamento dos juizes.

Juiz garante ter exonerado parentes quando assumiu

Quando assumiu o cargo de juiz no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, o juiz Vicente Vanderlei tinha três parentes entre os servidores do tribunal. Porém, disse o juiz em seu depoimento ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário, ele exonerou todos das funções que exerciam.

A primeira a perder o cargo em comissão foi a esposa de Vanderlei. Esse teria sido o primeiro ato do juiz como presidente do tribunal. Ela continuou como servidora do quadro do TRT por ter sido admitida em 1987, antes da exigência de concurso estabelecida pela Constituição de 1988.

Vanderlei também deixou claro

que não conhecia sua esposa à época de sua admissão no TRT e que só foi nomeado juiz daquele tribunal sete anos mais tarde. Em resposta ao relator da CPI, senador Paulo Souto, ele revelou que a esposa também é sobrinha de um ex-ministro classista do TRT paraibano.

– Ela é uma dos 565 funcionários admitidos sem concurso – afirmou o juiz, para quem o direito desses servidores não pode ser questionado.

O sogro de Vanderlei, já falecido, também foi demitido pelo juiz. Segundo ele, o sogro, irmão do referido juiz classista, foi o primeiro exonerado com base na "lei antinepotismo". Já uma sobrinha do magistrado era requisitada da companhia de água da Paraíba e foi devolvida ao órgão de origem.

Denúncias envolvem compra de passagens e casa

Ex-presidente do TRT-PB informa que passagens compradas com dinheiro do tribunal foram canceladas, mas dinheiro não retornou aos cofres públicos. Imóvel adquirido por R\$ 160 mil teria sido avaliado, depois, por apenas R\$ 39 mil

Em resposta ao vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, juiz Vicente Vanderlei, informou ontem ter descoberto irregularidades na compra de passagens aéreas pelo tribunal.

Ele disse que notou um número elevado de bilhetes comprados com a justificativa de garantia de melhor preço e soube que as 45 passagens, a maioria para Brasília, estavam em branco. Assim, oficiou às duas empresas aéreas com vôos para João Pessoa. Segundo Vanderlei, a Varig respondeu que 30 delas haviam sido canceladas, mas a devolução dos cursos não foi feita ao TRT.

— Também encaminhei essa denúncia ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) — afirmou Vanderlei.

Carlos Wilson também quis saber detalhes das operações de compra de imóveis pelo tribunal. Ao relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), Vanderlei já havia dito que somente o terreno da Praça da Independência, em João Pessoa, teria sido comprado depois de sua entrada no TRT.

O ex-presidente do tribunal afirmou ter conhecimento dos processos e que o TST já havia, através de sindicâncias, tomado ciência da situação. Segundo ele, o juiz Severino Marcondes Meira e o diretor-geral do tribunal, Marcelo

Ponte, condenados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a devolver os recursos usados na compra do terreno, recorreram da decisão.

TERRENO

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) perguntou se o ex-presidente do TRT paraibano sabia detalhes sobre a compra de um terreno no município de Mamanguape (PB) por um valor superior ao de mercado.

Vanderlei disse que, apesar de a prefeitura da cidade ter oferecido um imóvel, como o presidente do tribunal, Marcondes Meira teria comprado uma casa por R\$ 160 mil sob o argumento de que haveria uma piscina no local. A piscina, segundo o juiz, acabou sendo aterrada e, depois de pedido de avaliação feito pelo funcionário do TRT Antônio de Pádua Pereira Leite, o Departamento de Patrimônio da União estimou o preço da propriedade em R\$ 39 mil. Diante de nova pergunta de Camata, o depoente afirmou que não poderia afirmar quem teria ficado com a diferença.

Preocupado com o processo que culminou com a saída de Vanderlei da presidência do tribunal, o senador Lídio Coelho (PSDB-MS) pediu que o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), tomasse providências para saber as razões que levaram o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Almir Pazzianotto a afastar o juiz. Segundo Vanderlei, o afastamento se deu ao “arrepio da lei”.

A existência no TRT da Paraíba de servidores requisitados de prefeituras, que negaram tê-los como contratados em seus quadros, levou o senador Djalma Bessa (PFL-BA) a perguntar quais as providências tomadas por Vanderlei contra mais essa irregularidade. O juiz disse que, além de ter devolvido os servidores, encaminhou a denúncia à Justiça Federal. Segundo ele, entre os requisitados havia até analfabetos e o critério para as requisições de servidores pelo Tribunal era o do apadrinhamento político.

— Os requisitados estavam ali de favor, não tinham qualquer qualificação profissional — disse o depoente, justificando que os cerca de 160 exonerados não fizeram falta aos trabalhos do TRT.

Diante de reiteradas anulações de sentenças da Justiça Federal na Paraíba pelo Tribunal Regional Federal de Recife, Jefferson Pêres soube do depoente que, entre os servidores do TRT da Paraíba, haveria parentes de juizes do Tribunal pernambucano.

Questionado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) se tinha voltado a procurar o ministro Almir Pazzianotto, Vanderlei informou que esteve em Brasília uma vez depois de seu afastamento, mas não teria sido bem recebido. O juiz disse não conhecer os resultados da comissão de sindicância promovida pelo TST e que a audiência à CPI era a primeira vez que falava publicamente sobre os acontecimentos de 1997. “Me considero injustiçado”, afirmou.



Vicente Vanderlei (D) informou que sempre encaminhava as denúncias ao TST

Para Souto, depoimento confirma acusações

Para o relator da CPI que investiga irregularidades no Poder Judiciário, senador Paulo Souto, o depoimento do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, juiz Vicente Vanderlei, confirmou tudo o que havia sido dito até então sobre o tribunal. Antes de Vanderlei, o funcionário do TRT Antônio de Pádua Pereira Leite e o subprocurador geral da República Eithel Santiago de Brito Pereira, que investigou denúncias contra aquela



Souto: motivos do afastamento do juiz não ficaram claros

corte, já haviam prestado depoimento na CPI.

Para o relator, os motivos que levaram o então corregedor do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Almir Pazzianotto, a afastar Vanderlei do cargo “não ficaram claros”. No entender do senador, o depoente de ontem teria, no entanto, caracterizado que havia um conflito interno entre os juizes do TRT. Paulo Souto ressaltou ainda a decisão de Vanderlei de exonerar os próprios parentes assim que tomou

posse.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet, registrou, ainda no início da reunião, o recebimento de ofício de cinco páginas, em que Pazzianotto dá conta de sua participação nos episódios da Paraíba. Souto disse que ainda não se discute a convocação do ministro do TST, e que acha importante saber se as denúncias estavam sendo apuradas pela comissão de sindicância e pelo corregedor do TST.

— Não sei se o TST foi omissivo, mas foi lento na apuração das irregularidades — declarou o relator que solicitou uma relação de cargos de confiança e grau de parentesco ao TRT da Paraíba.

Tebet anuncia audiências para hoje e amanhã

O presidente da CPI do Poder Judiciário, senador Ramez Tebet, anunciou para hoje, às 13h30, o depoimento do atual presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, Ruy Eloi. Amanhã, a partir das 10h, será a vez do deputado Geovani Queiroz (PDT-PA) e do ex-presidente do TRT de São Paulo Nicolau dos Santos Neto.

Tebet colocou em votação, e foram aprovados pelos integrantes da CPI, requerimentos para depoimento de todos os ex-presidentes do TRT de São Paulo que assumiram o posto depois de Nicolau. Um segundo requerimento aprovado propôs o depoimento do atual presidente do TRT-SP, Floriano Vaz da Silva, que exonerou Nicolau da presidência da Comissão de Obras do novo prédio.



Ramez Tebet quer ouvir o atual presidente do TRT-SP

Senadores discutem cisão e privatização de Furnas

Sob a presidência da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura delibera hoje, às 18h, sobre cinco requerimentos, entre eles um que prevê audiência pública para discutir o processo de cisão e privatização de Furnas Centrais Elétricas. A Comissão vai deliberar também sobre a requisição de informações a respeito do blecaute ocorrido em março passado.

Apresentados pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), dois requerimentos tratam do assunto. O objetivo do primeiro é que sejam remetidas à comissão as gravações das conversas entre os operadores dos principais centros de operações de sistema no momento do blecaute do dia 11 de março, assim como as transcrições desses diálogos.

O outro requerimento é para que sejam convidados a depor na comissão os operadores dos principais centros de operações de sistemas que estavam de serviço na hora em que ocorreu o apagão. O senador Roberto Requião deseja ainda que sejam requisitados os arquivos de dados que registraram a ocorrência e que são gravados nos principais centros de operações do país.

De autoria da senadora Emilia

Fernandes, serão votados requerimentos de audiência pública para debater a cisão e privatização de Furnas, assim como audiência pública do presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, e do representante da Federação Nacional dos Urbanitários, Mauro Mar-

tinelli. O objetivo da convocação desses dois últimos é debater a cisão e privatização de Tucuruí e demais sistemas de geração de energia da Eletronorte. Outro requerimento, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), visa a convocação do secretário-executivo do Ministério do Orçamento, a fim de que preste informações sobre os eixos nacionais de integração e desenvolvimento.

Em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle, também hoje, às 18h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realizará audiência pública com as seguintes autoridades: Firmino Ferreira Sampaio Neto, presidente da Eletrobrás; Mozart de Siqueira Campos Araújo, presidente da Chesf; e Paulo Rangel de Lima, diretor da Federação Nacional dos Urbanitários. O assunto é o processo de cisão da Chesf e da Eletronorte, assim como informações acerca da política governamental na área de energia, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Requerimento do senador Roberto Requião pede fitas com as conversas dos operadores de Furnas, no dia em que ocorreu o apagão

CAE aprova limitação dos gastos com pessoal

Além de restringir despesas nos três níveis de governo, projeto de lei proíbe aumentos salariais e contratações de servidores

O projeto de lei complementar que restringe as despesas com pessoal na esfera federal a 50% das receitas líquidas da União teve parecer favorável aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). A comissão aprovou pedido de urgência, formulado pelo relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), para votação do projeto em plenário.

O projeto, apresentado pelo Executivo e já aprovado na Câmara, visa substituir a Lei Complementar 82, a chamada "Lei Camata", adaptando-a às alterações feitas pela Emenda Constitucional nº 19, da reforma administrativa.

O percentual em vigor, de 60% da arrecadação líquida de estados e municípios para comprometimento máximo com a folha, foi mantido. O projeto proíbe a concessão de vantagens e o aumento de remunerações, assim como a criação de cargos, empregos, funções e alterações na estrutura de carreira, além de vedar novas admissões ou contratação de pessoal.

No primeiro ano de vigência da lei, dois terços dos gastos em excesso deverão estar eliminados. A adequação do terço restante poderá ser feita no segundo ano da vigência da lei. A inobservância dos limites estabelecidos



Vários senadores questionaram o projeto por entender que ele, ou não resolve as dificuldades do setor público, ou cria novos problemas

após este prazo implicará a suspensão de repasses de verbas federais e estaduais.

Para cumprir os limites propostos, o projeto estabelece que os três níveis de governo adotarão as seguintes medidas, nesta ordem: redução em 20% dos gastos com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração de servidores não estáveis; e exoneração de servidores estáveis.

DEBATE

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) protestou contra as limitações de gastos com pessoal. Para ele, é um "lamentável equívoco" que essas despesas sejam vistas como "alguma coisa ruim, que deve ser limitada e restringida de toda forma". O senador defende que o governador tenha liberdade para decidir seus gastos de acordo com seus compromissos.

Investimentos em educação, exemplificou Saturnino, exigem muito mais gastos com pessoal, devido à necessidade de se remunerar bem os professores. No Rio de Janeiro, na área de segurança, é preciso dobrar o efetivo da polícia, disse. Para ele, a limitação apenas acarretará aumento do grau de terceirização dos governos e de investimentos em obras em detrimento de investimentos essenciais.

Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que fez um "esforço gigantesco" para diminuir o gasto com pessoal em Goiás, de 82% da arrecadação líquida, no início de seu go-

verno, para 62%, ao final, e defendeu que o limite de 50% seja estendido aos estados.

José Alencar (PMDB-MG) ressaltou que votaria a favor do projeto, mas que ele não resolveria o problema: a base de arrecadação, que precisa ser alargada.

Para Lauro Campos (PT-DF), o que é preciso limitar são as despesas com serviço e os

juros da dívida. Os Estados Unidos, afirmou, têm 14% de sua população economicamente ativa (PEA) no serviço público, índice que não chega a 4% no Brasil.

Antero de Barros (PSDB-MT) votou a favor, mas disse que a fiscalização do Legislativo e do Judiciário, a cargo dos órgãos de controle externo de cada um deles, poderá ficar prejudicada.

Pedro Piva lembrou que o projeto está na Casa há três anos, tendo sido aprovado em todas as comissões por que passou. E afirmou que há estados gastando até 90% de sua arrecadação com o funcionalismo, o que torna impossível cumprir suas obrigações.

Eduardo Suplicy (PT-SP) discordou da inclusão das despesas previdenciárias nos gastos com pessoal, assim como o pagamento dos funcionários de empresas públicas e sociedades de economia mista. A matéria foi aprovada com os votos contrários de Suplicy, Saturnino e Lauro Campos.



Antero manifesta preocupação com a fiscalização



Para José Alencar, o problema é a base de arrecadação

Autorizado empréstimo para o Amazonas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também aprovou parecer favorável a empréstimo da União ao Amazonas, no valor de R\$ 357 milhões, destinado ao saneamento do Banco do Estado do Amazonas (BEA) e à integralização de capital da agência de fomento estadual.

O empréstimo faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A comissão aprovou pedido de urgência para a votação do projeto no plenário do Senado. A solicitação foi feita pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), designado relator *ad hoc* (para isto) na comissão – o autor do parecer, senador Freitas Neto (PFL-PI), não pôde com-

participar à reunião –, lembrou que o processo já havia sido discutido e que somente não havia sido votado anteriormente devido a um pedido de vista feito pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Jefferson, no entanto, não apresentou voto em separado.

Integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar irregularidades no Poder Judiciário, que no momento da reunião estava tomando o depoimento de um juiz, Jefferson Péres teve de ausentar-se da reunião da CAE. Pediu, no entanto, aos senadores Edison Lobão e Bernardo Cabral (PFL-AM) que manifestassem sua posição favorável à aprovação do parecer de Suassuna.

De acordo com o parecer, R\$ 253,5 milhões serão destinados à aquisição de ativos do BEA pelo governo do estado. Outros R\$ 40 milhões serão destinados à integralização de capital da agência de fomento.

Serão R\$ 35 milhões destinados à constituição de fundos para as contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, atuariais e outras e haverá ainda R\$ 28,5 milhões para a recomposição do patrimônio líquido do BEA.

Manifestaram-se favoravelmente ao projeto, que foi aprovado por unanimidade, os senadores Bernardo Cabral, Edison Lobão, Carlos Bezerra (PMDB-MT), Luiz Otávio (PPB-PA) e Pedro Piva (PSDB-SP).

Dinheiro em boa hora

Marinha está desaparecida para patrulhar litoral brasileiro

O país tem 8,5 mil quilômetros de costa

A Marinha tem apenas 39 embarcações para cobrir toda esta extensão

Em 1996, o Brasil gastou 2,1% de seu orçamento com defesa, menos que o Chile (3,5%), a Colômbia (2,6%) e o Uruguai (2,3%).

Senadores concordam com operação que permitirá reaparelhar Marinha

Parecer favorável a uma operação de crédito no valor de US\$ 500 milhões (R\$ 850 milhões, ao câmbio de R\$ 1,70) para reequipar a Marinha foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em sua reunião de ontem.

Com a aprovação do projeto, que depende ainda de votação em plenário, o empréstimo poderá ser contratado junto ao Banque Paribas, localizado em Paris.

O relator do parecer na comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lembrou que o país tem 8,5 mil quilômetros de costa, mas a Marinha tem apenas 39 embarcações para cobrir toda essa grande extensão geográfica.

O empréstimo em questão financeira aquisições de materiais por três exercícios financeiros seguidos. Para ele, essas condições conferiam ao empréstimo "custo bastante satisfatório, abaixo do mercado financeiro".

O senador disse também que, caso o Brasil se envolvesse hoje em um conflito, o país estaria vulnerável.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que o mar é utilizado atualmente para o transporte ilícito de drogas. Ele também disse ser importante que a comissão receba relatórios parciais sobre a utilização dos recursos financiados.

Já o senador Luiz Otávio (PPB-PA) destacou o trabalho da Marinha não só no patrulhamento das costas brasileiras como também na assistência às populações ribeirinhas da Amazônia.

O senador Lauro Campos (PT-DF) lembrou que o ex-senador Esperidião Amin citou como "pedagógicos" os empréstimos fornecidos ao Brasil pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Descontos, devido a seus juros baixos. Mas Lauro Campos lembrou que, mesmo com esses juros baixos, os US\$ 17 bilhões emprestados por tais instituições foram causa do pagamento de US\$ 27 bilhões.

Até o presidente Clinton está achando que a dívida externa mundial dos países subdesenvolvidos se transforma em um obstáculo para o comércio internacional

– afirmou o parlamentar.

Em razão de suas preocupações com o endividamento externo, Lauro Campos votou contrariamente ao parecer, apesar de considerar "excelentes" os argumentos técnicos em seu favor.

O senador Saturnino Braga (PSB-RJ) reconheceu a necessidade de reaparelhamento da Marinha, mas disse que os equipamentos poderiam ser adquiridos de estaleiros brasileiros.

Para ele, que deu o outro voto contrário ao parecer de Ney Suassuna, a Marinha perdeu uma "oportunidade excelente" para revitalizar o setor no Brasil.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), porém, defendeu a força naval brasileira, lembrando que ela construiu no país fragatas ainda melhores do que as compradas da Inglaterra.

O detalhamento da utilização do empréstimo foi encaminhado aos senadores em caráter confidencial. No relatório, apenas a menção de que os produtos seriam adquiridos nos mercados inglês, francês, italiano e sueco.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu licença ao presidente da CAE, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), para fazer perguntas ao assessor parlamentar da Marinha, capitão-de-mar-e-guerra Fernando Eduardo Studart Wiener, presente à reunião e que foi convidado a compor a mesa.

Em resposta a Suplicy, o assessor parlamentar disse que o Brasil gasta 2,1% de seu orçamento com defesa, menos que o Chile (3,5%), a Colômbia (2,6%) e o Uruguai (2,3%). Os dados são referentes ao ano de 1996, quando o Brasil gastou mais que nos três anos anteriores.

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) perguntou ao assessor parlamentar se os contratos obedecerão à legislação sobre licitações, obtendo resposta positiva.

Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quis saber se a Marinha se preocupava com a transferência de tecnologia. Respondendo positivamente, o comandante disse que os torpedos serão comprados da Suécia e depois fabricados no Brasil.

Contribuinte poderá deduzir gastos com empregados

Substitutivo aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos limita a isenção a R\$ 400 por mês

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em caráter terminativo, substitutivo do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) a três projetos de lei do Senado permitindo à pessoa física deduzir, de seus rendimentos tributáveis, as despesas realizadas com pagamento de salários de trabalhadores contratados para prestar serviços domésticos em sua residência, dentro das formalidades legais. Os projetos são dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Renan Calheiros (licenciado) e da então senadora Benedita da Silva.

O substitutivo altera a data do início da vigência da nova lei para o primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação, conforme exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias. De acordo com a proposta, a dedução é limitada a cinco mil Unidades



Arruda acredita que contribuição maior compensa

Fiscais de Referência – aproximadamente R\$ 400,00 por mês. Caso a soma dos salários pagos no ano-base não atinja esse limite, o empregador poderá adicionar-lhe as contribuições sociais e os encargos trabalhistas por ele recolhidos no mesmo exercício.

– Concordamos com a argumentação dos autores defendendo que a aprovação de seus projetos irá retirar da informalidade aproximadamente 4 milhões de trabalhadores – disse Arruda.

O senador entende que não haverá perdas significativas de receita pública federal. Para ele, a discreta redução na arrecadação do Imposto de Renda será mais que compensada com o aumento das contribuições da seguridade social.

– Enquanto a dedução das despesas com os trabalhadores domésticos será fei-

ta nos rendimentos tributáveis pelo Imposto de Renda (e não no imposto a pagar), a seguridade social terá um acréscimo certo de cerca de 20% da soma de praticamente todos os salários pagos aos domésticos – argumentou o relator, cujo substitutivo foi considerado por Lobão como “uma síntese dos três projetos”.

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) ressaltou que o projeto tem o mérito de fazer com que a pessoa física no Brasil torne-se geradora formal de emprego. Para o senador Pedro Piva (PSDB-SP), a proposta poderá beneficiar a grande maioria dos empregados domésticos que trabalham na cidade de São Paulo. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Luiz Estevão (PMDB-DF), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Ney Suassuna (PMDB-PB) também se manifestaram favoravelmente ao projeto.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto em separado favorável ao mérito da proposta, mas estabelecendo o limite de dois empregados por família para efeito de dedução. Ele obteve o apoio de seu colega de bancada, senador Lauro Campos (DF).

Crédito para Montes Claros tem parecer favorável

A contratação de crédito de R\$ 6,6 milhões pelo município de Montes Claros (MG), junto ao Fundo de Investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Fundo Soma), foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os recursos serão aplicados em obras de estrutura urbana, especialmente macrodrenagem. A matéria, que teve parecer favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), será agora apreciada pelo plenário do Senado.

Para o relator, o fato de a operação estar sendo administrada pelo Fundo Soma “é uma garantia de qualidade”, pois são observados critérios “que induzem o prefeito a modernizar o município”. O senador José Fogaça destacou que a operação de contratação de crédito demonstra que o município mineiro “se saiu muito bem” porque aten-

deu a todas as exigências da Resolução nº 78, do Senado.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) chegou a questionar se a proposta deveria ser aprovada. Ele observou que o relatório preparado pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais não deixa claro se o município havia ou não aplicado os 25% do orçamento em educação, conforme exigência constitucional. Diante do esclarecimento de que os gastos nesse setor seriam de 28% no ano anterior, feito pelo senador José Alencar (PMDB-MG), Antero desistiu de solicitar vista e a matéria foi votada.



Carlos Bezerra foi o relator do pedido de contratação de crédito

REQUERIMENTOS

Também foi aprovado requerimento de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) propondo a realização de audiência pública destinada a ouvir autoridades dos setores público e privado sobre as vantagens e desvantagens da cultura de plantas transgênicas, ou geneticamente modificadas.

Por sugestão do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a audiência deverá se realizar conjuntamente com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Osmar Dias, que é presidente da CAS, argumentou que aquela comissão já havia aprovado requerimento para a realização de seminário sobre o mesmo assunto.

Estevão quer incentivar concessão de bolsas

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto de lei determinando que o valor da contribuição a ser recolhida pelas instituições de ensino à Previdência Social seja subtraído do valor das bolsas concedidas a pessoas carentes, como forma de incentivar as escolas a praticarem a filantropia.

Conforme o senador, a iniciativa resultou de entendimentos que manteve



Luiz Estevão propôs mudança na contribuição de instituições de ensino

com o deputado federal Agnelo Queiroz (PCdoB-DF), que tem projeto idêntico tramitando na Câmara, em assembleia realizada na Universidade Católica de Brasília. Pela legislação em vigor, a isenção das contribuições deve ser na proporção do valor das vagas cedidas integral e gratuitamente

e não no valor das vagas, integral ou parcialmente, a título gratuito.

O projeto apresentado por Luiz Estevão também define que, no que diz respeito às instituições educacionais, os critérios para avaliar a situação de carência e para a seleção de beneficiários sejam os mesmos adotados pelo Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. Ele justificou que tais critérios foram fixados após amplo debate por representantes do Ministério da Educação, dirigentes de instituições de ensino e dos estudantes.



Artur da Távola autografará na sexta-feira edição impressa de discurso que fez para celebrar 90 anos do nascimento de Ataulfo

Távola presta homenagem ao compositor Ataulfo Alves na Bienal do Livro do Rio

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) estará na próxima sexta-feira, a partir das 16 horas, no estande do Senado na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, prestando uma homenagem ao compositor Ataulfo Alves, que completaria 90 anos no próximo domingo, dia 2 de maio. O filho do compositor, Ataulfo Alves Júnior, já confirmou sua presença.

Artur da Távola autografará, na ocasião, a edição impressa do discurso que fez no Senado, denominado *Ataulfo Alves – 90 Anos*, recordando a trajetória de um dos maiores nomes da música popular brasileira. O impresso, com 30 páginas, contém, além do discurso, uma foto de Ataulfo na capa, outra do compositor com o presidente Getúlio Vargas e uma ter-

ceira em que ele aparece junto com o grupo As Pastoras, que o acompanhava nas apresentações.

Ataulfo Alves de Souza, ou simplesmente Ataulfo Alves, como se tornou conhecido, nasceu em 2 de maio de 1909, em Mirai, Minas Gerais, e morreu em 20 de abril de 1969.

Após a homenagem no estande do Senado, ainda na sexta-feira, o senador Artur da Távola participará do “Café Literário” promovido pela bienal com o objetivo de aproximar autores e público. Ao lado de Carlos Heitor Cony e Fayga Ostrower, com a apresentação de Luiz Carlos Saroldi, Távola terá uma conversa informal com leitores, sob o título “Cochichando: hobbies e cotidiano de um autor”.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Hidroginástica
7h30 – Comissão de Assuntos Econômicos – sessão do dia 27/04/99
9h30 – Entrevista – O sen. Sebastião Rocha fala sobre o desemprego no Brasil e a globalização
10h – Sessão Plenária Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Sociais (gravada)
13h30 – CPI do Judiciário (vivo)
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – CPI do Sistema Financeiro (vivo)
21h – Jornal do Senado
21h15 – CPI do Judiciário (reapresentação)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

Novo prazo viabiliza o Museu da Medicina

Projeto proveniente da Câmara, aprovado ontem em plenário, estende por seis anos o período para que Academia Nacional de Medicina construa prédio em terrenos do Iapas. Matéria vai à sanção presidencial



O projeto aprovado em plenário, que altera a norma de doação de imóveis, contou com o voto favorável do Bloco Oposição

Ademir pede ao governo apuração de denúncias contra grupo C. R. Almeida

Com o propósito de apurar denúncias contra o grupo C. R. Almeida, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem que está enviando requerimentos aos ministros de Política Fundiária, Raul Jungmann, e da Justiça, Renan Calheiros, e ofício ao presidente do Incra, Nelson Borges. Ademir disse que está tomando essas providências porque, há três anos, já havia mandado requerimento a Jungmann, "mas a situação se manteve inalterada".

O senador lembrou que, em setembro do ano passado, a revista *IstoÉ* já relatava "a maracutaia armada pelos empresários Ricardo Saad Filho, Henrique Almeida e Cecílio do Rego Almeida. Tratava-se de uma fraude contra investidores estrangeiros, na forma de lançamento de títulos do Banco do Estado do Amapá (Banap), tudo lastreado em documentos que continham assinaturas supostamente falsificadas pelo então diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes". Ademir afirmou que Saad Filho foi preso, mas os irmãos Almeida "seguiram livres para armar outros golpes, desta feita no Pará".

Segundo o senador, os problemas com a empresa Rondon Projetos Ecológicos, do grupo C. R. Almeida, começaram há quatro anos, quando 5 milhões e 700 mil hectares de terra fo-

ram adquiridos pela companhia por meio de documentos fraudados no cartório de Altamira. Essas terras englobariam terrenos pertencentes ao Incra, ao Exército, à Funai, ao estado do Pará e a áreas urbanas como Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, acrescentou. O parlamentar considera que essa área que a empresa tenta "açambarcar" é do tamanho da Holanda e da Bélgica juntas. Ademir afirmou que essas irregularidades estão acompanhadas de outras, como a expulsão de seringueiros, castanheiros e populações ribeirinhas, além de desrespeito aos direitos trabalhistas.

Em função dessas denúncias, Ademir Andrade julga necessária a ação da Polícia Federal, em conjunto com os órgãos fundiários, para investigar a procedência das acusações. Nos requerimentos, o senador quer saber sobre o andamento da questão e quais os procedimentos adotados pela Polícia Federal para a apuração da aquisição de terras pela C. R. Almeida e sobre as denúncias de assassinatos e ocultação de cadáveres, entre outras.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que se aliava a Ademir em seu pronunciamento e que esta era uma boa oportunidade para o governo fazer um cadastramento de terras.



Ademir Andrade julga necessária a atuação da Polícia Federal na investigação do caso

Suplicy sugere a FHC que receba MST

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que receba o líder nacional do

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, João Pedro Stedile. "Seria muito útil um diálogo direto entre os dois, para debater os problemas da concentração fundiária do Brasil, que leva à necessidade de agilizar as ações de reforma agrária no país." Suplicy informou ter recebido cópia de uma carta do governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, dirigida a FHC, pedindo uma audiência para o MST. "O governador relata seu encontro com lideranças do MST no estado, que resultaram em bons entendimentos para solucionar um acampamento de sem-terra, em frente ao palácio do governo. Ele sinaliza que resultados igualmente bons podem ser obtidos através de um contato direto entre FHC e o MST", concluiu.



Eduardo Suplicy

O plenário do Senado aprovou ontem projeto oriundo da Câmara dos Deputados que estende para seis anos o prazo que a Academia Nacional de Medicina (ANM) tem para construir um prédio em imóveis doados pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), no Rio de Janeiro. A matéria vai à sanção presidencial.

O projeto aprovado em plenário altera a norma da doação dos imóveis, que estipulava o prazo de seis meses para o prédio ficar pronto. Este tempo já havia sido extrapolado, sem que a construção tivesse sido iniciada. A diretoria da ANM explicou que a obra não havia sido realizada por falta de autorização da prefeitura do Rio de Janeiro.

Em nome do Bloco Oposição e do Par-

tido dos Trabalhadores, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou o voto favorável à matéria. Ele lembrou que, para custear a construção, a ANM poderá negociar com a construtora responsável pelas obras físicas, por um prazo de até 20 anos, o direito de exploração comercial de espaço físico no prédio.

O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), justificou seu parecer favorável explicando que o projeto estava sanando uma dificuldade que impedia a ANM de construir um edifício para abrigar o Museu da Medicina Brasileira e vários outros organismos que estão sendo estruturados em acordo com o Ministério da Saúde. Em nome do PMDB, o senador Gilvam Borges (AP) também recomendou voto favorável à matéria.

Empréstimo para Marinha será apreciado amanhã

Na sessão deliberativa de ontem, também foram aprovados dois requerimentos de urgência. Um deles trata de empréstimo de US\$ 500 milhões junto ao Banque Paribas (Paris-França), para reaparelhamento da Marinha. Outro é sobre empréstimo da União ao Amazonas, no valor de R\$ 357 milhões, para saneamento do Banco do Estado do Amazonas (BEA). Os dois projetos, aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, serão apreciados amanhã pelo plenário.

O plenário aprovou ainda requerimentos dos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ) e Marina Silva (PT-AC), solicitando

que seja apreciado pelas comissões de Educação e de Assuntos Sociais projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que prevê modificações em artigos do Código Penal e do Estatuto da Criança.

Também aprovou-se requerimento do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) solicitando a retirada de projeto que veda o acesso aos recursos do Fundo Partidário aos partidos que não tenham caráter nacional. Do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) foi aprovada proposta de tramitação conjunta de projetos da Câmara que tratam do mesmo assunto: a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1998 (nº 3.192/97, na Casa de origem). Altera a Lei nº 7.674, de 4 de outubro de 1988, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa. Parecer nº 6/99-CCJ, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável.

Resultado: Aprovado, nos termos do adendo ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À sanção.

2

Requerimento nº 144, de 1999 (do senador Sérgio Machado). Solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1999, de sua autoria, que altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096, de 1995, revoga o art. 57 da mesma lei e dá outras providências, a fim de vedar o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 179, de 1999, vai ao Arquivo.

3

Requerimento nº 149, de 1999 (do senador Lúcio Alcântara). Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 63 e 99, de 1996, e 27, de 1998, por versarem sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar. Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 63 e 99, de 1996, e 27, de 1998, passam a tramitar em conjunto e vão à CAE, CAS, CCI e CE.

4

Requerimento nº 158, de 1999 (do senadora Marina Silva). Solicita, nos termos regimentais, que sobre o Projeto Lei do Senado nº 15, de 1999, de autoria do senador Luiz Estevão, que altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 75 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Resultado: Aprovado. Lido e aprovado requerimento do senador Artur da Távola solicitando audiência da CE. O PLS nº 15, de 1999, vai à CAS, CE e CCI.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Nabor apela por reforma tributária já

Reduzir a taxa sobre os salários, elevar a tributação das grandes empresas e de seus donos e reduzir a sonegação são, para o senador, algumas das mudanças que a nação reclama

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem uma revisão urgente em toda a estrutura tributária nacional. Sua proposta é ampliar a base de incidência dos impostos, combater a sonegação e diminuir os custos sobre os trabalhadores das medidas tomadas em nome da luta contra a inflação e o desequilíbrio econômico.

— Em primeiro lugar, tem que haver uma reforma tributária global, racionalizada, justa, imune a pressões espúrias ou à força dos lobistas que sempre se multiplicam quando os privilégios de seus financiadores se vêem ameaçados. Depois, devemos buscar o aumento da base de incidência, combatendo sem descansos a sonegação — recomendou Nabor Júnior.

O senador pelo Acre posicionou-se

contra a forma como a sonegação é tratada no país, protestando contra sofismas como “economia paralela”.

Nabor Júnior também sugeriu a redução de mecanismos que hoje permitem às grandes empresas e aos capitalistas reduzir suas próprias bases de incidência tributária.

Outra medida defendida pelo parlamentar foi a ampliação dos investimentos em recursos humanos e tecnologia para que a fiscalização possa dispor de melhores condições para a luta contra a sonegação.

Nabor Júnior criticou a legislação tributária atual, que, na sua opinião, tributa o salário, em vez de tributar a renda. Segundo o senador, nos últimos seis anos a arrecadação das pessoas jurídicas no país aumentou 56%, enquan-

to, no mesmo período, os cidadãos passaram a pagar 152% a mais.

O senador afirmou que os números confirmam que o peso dos tributos está aumentando cada vez mais para quem trabalha, enquanto se alivia a cobrança aos que especulam nos mercados de todos os tipos.

— Ouve-se com frequência, sem qualquer contestação oficial, a sentença proferida contra os assalariados: a sonegação praticada no Brasil equivale a toda a arrecadação colhida pela máquina fiscal. Se conseguirmos reduzir a sonegação em 50%, estaremos aumentando toda a arrecadação em 25%, além de dar à sociedade a satisfação que lhe é devida, a de que a impunidade dos poderosos não pode ser tolerada pela nação — encerrou Nabor Júnior.



Para Nabor Júnior, enfrentar a sonegação é lutar contra “a impunidade dos poderosos”

Suassuna quer esforço contra disparidades regionais

Alertando para o perigo da desagregação social, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) conclamou ontem o governo a não esquecer seus compromissos, inscritos na Constituição, de atuar para reduzir as disparidades regionais. Para o senador, é necessário um ajuste dos projetos econômicos, buscando detectar onde estão as fragilidades e as potencialidades de cada região. Segundo sua sugestão, a partir desse diagnóstico devem-se “criar programas que possibilitem o resgate dessas economias antes de sua inserção no mercado mundial, já que precisam se consolidar no próprio mercado nacional”.

O senador referiu-se a matéria do *Correio Braziliense* de 18 de abril, em que se noticia a extrema dependência de 3.100 municípios brasileiros em relação à Previdência Social, isto é, 57,3% de 5.500 pesquisados. “Os idosos, nessas cidades, segundo o *Correio*, são tão importantes quanto o delegado, o padre, o juiz, pois dos primeiros depende o comércio e a economia local”, disse Suassuna. Segundo a reportagem, “o valor dos benefícios pagos a aposentados é maior do que o próprio Fundo de Participação do Município (FPM), mecanismo pelo qual se distribui o dinheiro dos impostos”, citou. Suassuna advertiu que o fenômeno não ocorre apenas em estados do Nordeste, mas também no Sul e no Sudeste.

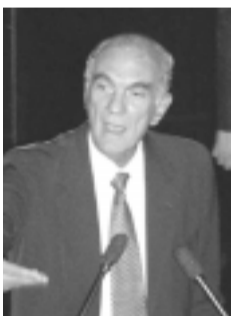
Suassuna reclamou que o Banco do Brasil tem reduzido seus investimentos, de US\$ 4,6 bilhões, em 1990, para US\$ 1,3 bilhão, em 1995, concentrando-os no Sul, em detrimento das outras regiões. O mesmo ocorre com a CEE, segundo o senador, que reduziu seus investimentos, de US\$ 3,7 bilhões, em 1990, para US\$ 800 milhões, em 1994, privilegiando o Sudeste. Ele disse que o BNDES, embora tenha aumentado seus investimentos de US\$ 3,8 bilhões para US\$ 9,7 bilhões, manteve a discriminação regional. “Se em 1991 a proporção era de 24% de investimentos para o Nordeste e 42% para o Sudeste, em 1995 essa proporção diminuiu para 15% no caso do primeiro, mas subiu para 49% no caso do segundo.”



Ney Suassuna alerta para riscos de desagregação social com as disparidades regionais

Saturnino pede informações ao BNDES

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) fez um apelo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que envie ao Senado o programa que está sendo criado por aquela instituição para ajudar empresas que se encontram em dificuldades por terem feito dívidas em dólares. O senador explicou que não é contra o princípio de ajuda a empresas, mas é preciso debater este programa, que para ele é “um novo Proer”, com mais profundidade. Saturnino revelou que o programa movimentará US\$ 22,5 bilhões.



Saturnino quer conhecer programa de ajuda a empresas

O programa, revelado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo Saturnino, prevê a criação de uma empresa nas Ilhas Cayman, conhecido paraíso fiscal, para assumir os títulos das dívidas com o aval do BNDES.

As empresas que lançarem mão da ajuda renegociariam as dívidas diretamente com essa empresa nas Ilhas Cayman. “É necessário que este programa passe pelo exame do Senado para evitar que gere novos abusos e novas CPIs para investigá-los”, afirmou Saturnino.

O senador pelo Rio de Janeiro lembrou que o presidente do BNDES está na lista das autoridades a serem convocadas a depor na CPI dos Bancos. Ele pediu que os dados relativos ao programa de ajuda a empresas endividadas em dólares sejam remetidos ao Senado Federal antes desse depoimento.

Luiz Otávio defende debate sobre transgênicos

Referindo-se a requerimento do senador Arlindo Porto (PTB-MG), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para a realização de audiência pública sobre as vantagens e desvantagens da cultura de plantas transgênicas — ou seja, geneticamente modificadas —, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) disse, em plenário, ser inteiramente favorável a esse debate.

— É assunto de mais alta importância — afirmou o parlamentar, explicando que não tem ainda uma posição definitiva sobre os transgênicos, mas sabe que eles vêm sendo objeto de pesquisa nos últimos 13 anos e que muitos países fazem restrição ao seu uso.



Conforme Luiz Otávio, duas empresas controlam produção de transgênicos no país

Conforme o senador, os Estados Unidos têm vastas plantações de soja transgênica, mas o Japão, por exemplo, não aceita seu consumo, enquanto a

França faz sérias restrições a seu uso, estando o Brasil ainda em vias de posicionar-se. Ele entende que a audiência pública é a oportunidade para que todos discutam profundamente o assunto.

Segundo Luiz Otávio, no Brasil, a técnica dos vegetais geneticamente modificados está sendo conduzida por apenas duas empresas multinacionais, que detêm toda a tecnologia das sementes e dos defensivos agrícolas.

Na reunião da CAE, ficou decidido que, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, a audiência pública trará autoridades dos setores público e privado para debater a questão dos transgênicos com os senadores.

Quintanilha exalta atuação da Embrapa

Os resultados obtidos pela Embrapa na produção da soja transgênica foram destacados ontem, em discurso no plenário, pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), ao homenagear a empresa pelo trabalho voltado para o aumento dos níveis de produtividade da agricultura e a pecuária do país.

De acordo com o senador pelo Tocantins, não só os produtores brasileiros, mas também os estrangeiros têm acompanhado com atenção e interesse as pesquisas da Embrapa na área dos transgênicos. Ele disse que, graças a esse esforço, o Brasil atualmente tem condições de competir em preço e na qualidade dos seus produtos com os mercados estrangeiros.

Leomar Quintanilha informou que no ano passado a Embrapa executou 564 projetos de pesquisa, contemplando 2.500 subprojetos. No período, prosseguiu o senador, a empresa

gerou tecnologia de impacto nos mais diversos campos do conhecimento científico. Também criou 70 novos materiais genéticos entre clones e cultivares, ora para aumentar a resistência contra doenças, ora para elevar a produtividade das lavouras, diversificar a produção ou aumentar a qualidade nutritiva:



Quintanilha disse que Embrapa realizou 564 projetos de pesquisa só em 1998

— Não conseguiríamos estabelecer um processo de desenvolvimento para o país, sobretudo para as regiões Norte e Centro-Oeste, sem a contribuição e a participação da Embrapa. Devemos buscar alternativas que possam proporcionar à empresa os meios necessários para que ela possa ajudar a agricultura a oferecer sua contribuição na reconstrução do desenvolvimento econômico do país — comentou Leomar Quintanilha.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) solidarizou-se com a homenagem e falou da importância de alguns projetos que a Embrapa desenvolve na região Norte, sobretudo em Roraima. Leomar Quintanilha também fez elogios à atuação da empresa, citando como exemplo um centro nacional de pesquisa na área de suinocultura que obtem resultados expressivos em Santa Catarina.